

A AGROECOLOGIA COMO PERSPECTIVA DE SUSTENTABILIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR

CHRISTIANE FERNANDES DOS SANTOS¹,
ELISABETE STRADIOTTO SIQUEIRA²,
IRIANE TERESA DE ARAÚJO³,
ZILDENICE MATIAS GUEDES MAIA⁴

Introdução

A agropecuária é um diferencial da produção brasileira. Contudo, não é um setor que se desenvolve sem conflitos e traz em si uma disputa entre diferentes sujeitos que colocam de um lado o agronegócio, como uma modalidade ditada pelo capital e, de outro a agricultura familiar, que ainda resiste à completa entrega a esse modo de produção capitalista (MARQUES *et al.*, 2011, p.1).

O agronegócio é entendido como um conjunto de atividades vinculadas à produção e à transformação de produtos agropecuários. Constitui-se numa associação entre diversas atividades ligadas à agropecuária como as práticas pastoris, o armazenamento do produto, à locomoção e venda da mercadoria (BACHA, 2004).

Desta forma, entende-se que diversos são os produtos derivados desse sistema, “desde os mais tradicionais como grãos e animais *in natura*, até cortes de carnes nobres, produtos industrializados como óleo de soja, empanados, leite pasteurizado e vários outros derivados de vegetais e de animais”, (MARQUES *et al.*, 2011, p.3). A atribuição de valor às produções primárias, consolidou a reprodução ampliada do capital à medida que os preços dos produtos superavam os custos das atividades produtivas (*idem*).

1 Mestre em Ambiente, Tecnologia e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Semiárido. E-mail: chrisfernandes@ufersa.edu.br

2 Professora Adjunta do Departamento de Agrotecnologia e Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Semiárido. E-mail: betebop@ufersa.edu.br

3 Mestre em Ambiente, Tecnologia e Sociedade, do Departamento de Agrotecnologia e Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Semiárido. E-mail: irianearaujo@ufersa.edu.br

4 Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: zildenice@hotmail.com

A modernização da agricultura trouxe a alteração nas relações de trabalho, no uso da terra, na produção agrícola, na dinâmica populacional. Esse processo afetou os atores da produção da agricultura de formas distintas. Se por um lado proporcionou benefícios para os agentes do agronegócio, por outro lado desencadeou para outros, como os agricultores familiares, dificuldades de reprodução e para viabilizarem sua produção frente aos desafios impostos pelo mercado. Tal problemática é acentuada com o avanço do modelo de agricultura convencional que tem se mostrado insustentável, sobretudo do ponto de vista socioambiental. O que predomina nesse modelo é a maximização do lucro e da produção, não levando em consideração os aspectos sociais das famílias, que se veem obrigadas a abandonar suas terras além de terem de abandonar a capacidade dos agroecossistemasⁱ naturais (GRAZIANO NETO, 1985).

As estratégias de implantação do agronegócio resultaram num processo de modernização tecnológica no mundo rural. Para Miller (2008), o pacote tecnológico (uso de máquinas e insumos industriais, e outras técnicas, a fim de viabilizar a produção extensiva) introduzido a partir da Revolução Verdeⁱⁱ provocou o aumento na utilização dos insumos para controlar as pragas, no cultivo do solo, na monocultura, na irrigação, acarretando problemas para a saúde, desequilíbrios naturais, através da extração excessiva dos recursos naturais, minando a capacidade dos mesmos.

Contudo, tal lógica produtiva pode ser pensada além dos fatores técnicos apresentados. Segundo Sauer (2011, p. 23), representa “um antagonismo político e simbólico à agricultura familiar, considerando-a uma forma arcaica e pouco eficiente de produção e cultivo da terra, especialmente pela não incorporação de certa racionalidade técnica”. O acesso às inovações tecnológicas, e a consequente otimização da produção, se constitui como fator que diferencia os produtores no que diz respeito a sua participação na dinâmica mercadológica (MARQUES *et al.*, 2011).

Tal cenário indica que para buscar um mercado diferenciado do agronegócio, os agricultores familiares precisam atuar em um campo mais propício ao tipo de produção que estes desenvolvem assim, a prática agroecológica é construída como possibilidade de sustentabilidade para o meio rural, por dispor de base tecnocientífica e estratégias para o desenvolvimento rural compatíveis com aquelas utilizadas pela agricultura familiar. Para Altieri (1989), seu principal propósito é proporcionar bases científicas, para apoiar o processo de transição do atual modelo de agricultura convencional, para estilos de agricultura sustentável. Segundo Meirelles (2004), ela surge como uma resposta socioambiental aos problemas ocasionados pela Revolução Verde.

Através das práticas agroecológicas objetiva-se a permanência das famílias no campo com o do manejo sustentável dos solos, a conservação dos recursos naturais, a valorização dos saberes locais e a independência dos pequenos agricultores que comercializam seus produtos sem a presença do atravessador.

Deste modo, a presente pesquisa teve como objetivo geral analisar aspectos de ordem socioeconômica e ambiental advindos das práticas vivenciadas pelos agricultores familiares, de modo a verificar se as atividades agroecológicas desenvolvidas possibilitam o fortalecimento da agricultura de base familiar.

Metodologia

A metodologia consiste em um estudo de caso realizado na Feira Agroecológica de Mossoró/RN. Foram realizadas entrevistas dialogadas com seis produtores que participam da APROFAM (Associação dos Produtores e Produtoras Agroecológicas de Mossoró) e que comercializam semanalmente sua produção na referida Feira. As unidades de produção de todos os entrevistados estão localizadas em diferentes assentamentos rurais do município de Mossoró.

Para a presente pesquisa e a partir da reforma agrária brasileira, os assentamentos rurais devem ser entendidos como unidades de produção agrícola, criadas por meio de políticas governamentais “visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra” (BERGAMASCO; NORDER, 1996, p. 7). Conforme explica Leite (2004), os assentamentos rurais abrangem diferentes situações que se moldam de acordo com o contexto histórico em que se encontram inseridos. Do mesmo modo, se apresentam bastante diversificados os beneficiários dessas unidades de produção.

No contexto de assentamentos rurais, a expectativa que se faz da agricultura familiar é de reprodução da unidade familiar de modo que ela se torne social e economicamente viável dentro do universo capitalista. Para tanto, a organização social na produção e comercialização agrícola tem se tornado uma aliada nesse processo.

Os dados aqui discutidos, posteriormente, foram obtidos através de visita *in loco*, registro fotográfico e levantamento de dados qualitativos e quantitativos no período de janeiro a março de 2012. As questões abordadas na pesquisa contemplaram a produção com ênfase no produto, a quantidade produzida e comercializada, as principais dificuldades enfrentadas na produção e comercialização, dentre outros aspectos. No que tange a comercialização, investigou-se sobre o local em que ela ocorre, assistência técnica, formulação de preço, e sua periodicidade, ou seja, se ocorre nos doze meses do ano, quais os produtos mais comercializados, dentre outros. Buscou-se saber, ainda, sobre os aspectos socioambientais no que diz respeito a forma que entendem suas práticas, seu trabalho com a terra, como conseguem os insumos, qual o sentido da Feira para os mesmos e quais os benefícios que eles obtêm por produzirem sob a lógica agroecológica.

As entrevistas foram realizadas com a utilização de um roteiro semiestruturado, gravações dos depoimentos dos agricultores e registros fotográficos. As informações e os dados obtidos foram analisados, posteriormente, de forma quantitativa e, na busca de compreender a complexidade ali existente.

Referencial teórico

Agricultura Familiar e Sustentabilidade

O apoio à agricultura familiar é uma realidade em países com melhores índices de desenvolvimento, como os Estados Unidos e Japão, estes apresentam traços em comum no que se trata do acesso a terra, e ainda do incentivo à reforma agrária (GUANZIROLI, 2001). No Brasil, tal perspectiva ainda é muito recente, pois somente nos últimos anos

temos assistido o aumento de investimento, por parte do Governo, na agricultura familiar, expresso através de políticas voltadas para extensão rural e assistência técnica, aquisição de alimentos, de produção de agrocombustíveis, entre outros (WEID, 2010). O que não significa dizer que os investimentos no agronegócio, através de políticas públicas tenha sido negligenciado.

A confusão de que existem dois modelos de agricultura (comercial e familiar) faz com o que o governo aplique os recursos escassos de forma difusa e sem planejamento estratégico. Na produção agrícola, alguns cultivos se viabilizam em larga escala e intensivos em capital, como os produtos plataformas (grãos e cereais). Tais produtos geram renda e divisas ao país, não podendo ser descartados. Outras culturas são intensivas em mão de obra e possuem características de gestão familiar (fruticultura e horticultura), o que não impede de serem voltadas ao mercado. Porém, seja grande ou pequeno produtor, é preciso estimular a adoção tecnológica e o uso eficiente dos recursos. Se a modernização não acontece, a agricultura permanece com um grau de heterogeneidade estrutural que inviabiliza o crescimento inclusivo. (VIEIRA FILHO, 2011, p. 1)

Portanto, é necessário que as políticas públicas se organizem de forma a pensar um modelo viável de desenvolvimento, que na percepção ocidental, está atrelada a uma visão nascida desde a revolução industrial em que o mundo natural e o mundo humano se distanciavam (GONZÁLEZ DE MOLINA, 2004). Tal concepção coloca o homem no centro do universo e justifica a manipulação dos sistemas naturais com a perspectiva de ordená-los de acordo com uma lógica reducionista.

Na relação que a sociedade estabelece com a natureza prevalece a racionalidade econômica que considera como principal fator o ciclo de recuperação do capital. Essa noção, no entanto, não assume a perspectiva da corresponsabilidade com a natureza, e consequentemente não considera as externalidades negativas causadas pelos processos produtivos sobre o meio ambiente (HERNÁNDEZ, 2011). A busca pelo benefício máximo do capital e da racionalidade do lucro, consubstanciado nas noções de produção e riqueza, estão na base da relação entre natureza e sociedade e explicam o crescimento excessivo das forças produtivas e da subordinação instrumental a qual a natureza é submetida.

Foi reproduzido em todo o mundo um conjunto de mecanismos não só econômico, mas também político, social e cultural, que favoreceu o modelo urbano-industrial em detrimento do rural-natural. Tal dicotomia contribuiu na produção das sequelas sociais e ecológicas do atual modelo civilizatório, que se assemelha a uma pirâmide cuja parte superior, urbana-industrial, se nutre parasitariamente dos andares inferiores representados pelos setores rurais e naturais (TOLEDO, 1992).

Nesse contexto as políticas públicas destinadas para a agricultura, de alguma forma tem reforçado esse modelo ao não estabelecer claramente o papel demandado de distintos modos de produção, como aqueles praticados pela agricultura convencional e a familiar.

Considerando tal contexto, é possível perceber que a agricultura familiar é, de fato, uma atividade relacionada ao uso dos recursos naturais, pois utiliza-se menos de tecnologias modernas do que a agricultura convencional e apresenta-se menos intensiva que a convencional no que se refere ao uso de insumos externos. Isso se deve ao fato do agricultor familiar ser, “essencialmente, detentor dos meios de produção e sua relação com a terra baseia-se no valor de uso dado à área produtiva, com um grau relativo de afeição com a terra” (MARQUE *et al.*, 2011, p. 4). Desta forma tal organização produtiva alinha-se com a definição da sustentabilidade.

A agricultura familiar “[...] é altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder as políticas governamentais [...]” (ABRAMOVAY, 1992, p. 22). A agricultura familiar é uma nova categoria gerada nas transformações experimentadas pelas sociedades capitalistas desenvolvidas. Aquilo que era um modo de vida converteu-se numa profissão, numa forma de trabalho. Ressalta ainda, que “a agricultura familiar e o agronegócio, são membros de uma mesma ordem: agricultura capitalista contemporânea” (ABRAMOVAY, 1992, p. 130).

Já Wanderley (2009, p. 156) entende a agricultura familiar “como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo”. Assegura que a agricultura familiar é um conceito com significativas raízes históricas. Dessa maneira, destaca que as transformações ocorridas na moderna agricultura familiar não podem ser vistas como uma total ruptura das formas camponesas, uma vez que se fundamentam na relação propriedade, trabalho e família.

A agricultura familiar emerge com o objetivo de “construir uma representação, para o segmento social capaz de distanciá-lo da visão de atraso e ineficiência” (SAUER, 2008, p. 25). Delgado (2009) enfatiza que tal surgimento, se deve a algumas razões, das quais destacamos: a perda de relevância política dos assalariados rurais; a maior complexidade social e política dos pequenos agricultores; a progressiva decepção com a modernização da agricultura e sua incapacidade de atender às demandas desses agricultores e a intensificação da reflexão intelectual e do debate sobre a permanência, o significado e a importância econômica e social da agricultura familiar para um desenvolvimento rural mais democrático e inclusivo.

É fato que a agricultura familiar desenvolve suas práticas agrícolas baseadas na propriedade dos meios de produção, envolvendo a participação de toda a família, além de ser desenvolvida no próprio local de moradia dos agricultores. Nesse sentido, percebe-se que mesmo havendo investimentos na agricultura de grande escala, tornou-se imperativo reconhecer a capacidade que ela tem demonstrado ao desenvolver-se social e economicamente.

A agricultura familiar é pela diversificação dos produtos, baixo custo, aproveitamento e otimização dos insumos, além da sua capacidade de causar menores danos ao ambiente do que a agricultura convencional. Por ser detentor dos meios de produção, o agricultor familiar procura produzir tanto para a subsistência como para comercialização. Por essa razão, buscou-se discutir as estratégias de produção e comercialização da agricultura familiar na busca de uma maior sustentabilidade. Fernández e Garcia (2001)

acreditam que a formação de uma sociedade, cuja atitude seja de coexistência com a natureza, e não de exploração, é essencial para uma agricultura sustentável.

A agricultura sustentável contém os seguintes elementos: uma produção estável e eficiente dos recursos produtivos, a segurança e autossuficiência alimentar, o uso de práticas de manejo agroecológico, a preservação da agricultura familiar e da cultura local, da autogestão e participação dos agricultores, bem como a conservação e recuperação dos recursos naturais. A partir de uma visão de complexidade envolve também aspectos sociais, culturais e políticos. É muito mais do que um conjunto de técnicas e assume sua relevância para um grande processo de mudança social, de resistência camponesa contra a globalização e o modelo de desenvolvimento rural dominante (ALTIERI e NICHOLLS, 2000 *apud* HERNÁNDEZ, 2011).

Dessa maneira, é preciso reconhecer que a agricultura familiar vem distanciando-se da visão de atraso e ineficiência, como também da produção apenas de subsistência e de “aversão” ao mercado, pois tem buscado estabelecer estratégias de inserção no mercado de maneira sustentável. Diante da perspectiva de sustentabilidade para o espaço rural é que surgem as propostas alternativas de espaço de comercialização como, por exemplo, as feiras agroecológicas.

Compreende-se que para tratar da agricultura familiar é necessário dialogar com a perspectiva da sustentabilidade, onde as estratégias, as políticas públicas para o incentivo a produção e a comercialização possam subsidiar uma forma de desenvolvimento local, pautado na equidade, na valorização dos agricultores e dos seus saberes, na diversidade da sua produção, de forma comprometida com o ambiente e a sociedade.

Os movimentos das populações rurais pela autogestão de seus recursos ambientais sinalizam a possibilidade de passar das políticas preventivas e remediáveis diante do processo de degradação socioambiental para a construção de uma racionalidade produtiva sobre bases sólidas de equidade e sustentabilidade. Esses são os princípios que orientam os movimentos sociais pela reapropriação da natureza, de suas culturas, de seus saberes, de suas práticas e de seus processos produtivos, abrindo-se caminho através da instauração de novos direitos ambientais, culturais e coletivos. (LEFF, 2006, p. 486)

Nesse contexto a agroecologia é um caminho que concilia a agricultura familiar e a sustentabilidade para o espaço rural. Contudo, é necessário reconhecer os desafios da transição de um modelo para outro, que envolve a dimensão econômica, tecnológica, social e cultural.

Abordar a perspectiva da sustentabilidade do desenvolvimento no âmbito do espaço rural é reconhecer sua complexidade no que se refere a sua composição social, práticas cotidianas e relações sociais e econômicas, que por vezes se estendem para além desse espaço.

Agricultura familiar e agroecologia

A agroecologia é por um lado “o estudo de processos econômicos e de agroecossistemas, por outro, é um agente para as mudanças sociais e ecológicas complexas que tenham necessidade de ocorrer no futuro a fim de levar a agricultura para uma base verdadeiramente sustentável” (GLIESSMAN, 2006, p. 56).

Caporal e Costabeber (2002) corroboram com a ideia expressa por Gliessman (2001, p. 13) ao definir que a “agroecologia nos faz lembrar uma agricultura menos agressiva ao meio ambiente (...) a oferta de produtos limpos, isentos de resíduos químicos (...)”. Como ciência, ela estabelece bases para a construção de estilos de agricultura sustentável e desenvolvimento rural. Por essa razão quando se discute desenvolvimento sustentável tendo como base a agricultura familiar é possível fazê-lo com base na agroecologia, que por estar baseada em uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável, busca minimizar os efeitos das ações sobre o meio ambiente.

A vivência dessas práticas orienta para uma lógica do desenvolvimento rural, considerando o equilíbrio dos agroecossistemas e a permanência das famílias no campo, valorizando seus saberes, de modo que os indivíduos envolvidos sejam livres para produzir seus produtos e obterem retorno econômico, possibilitando assim o sustento de suas famílias.

(...) para a produção de agroecossistemas sustentáveis, a agroecologia, como ciência e prática, utiliza princípios da agricultura tradicional camponesa e conhecimentos e métodos ecológicos modernos. A agroecologia entra, neste sentido, para fortalecer o desenvolvimento rural, fundamentando-se na perspectiva de “transformação da sociedade” para mudar as relações de produção no campo (DUARTE, 2009, p.105).

A agroecologia não diz respeito apenas a uma proposição técnica a ser adotada pelos agricultores familiares, trata-se, também de uma proposição política, uma vez que transcende aspectos operacionais e afeta e questiona a atual lógica produtiva e hegemonia de poder do meio rural. Deve ser entendida de uma forma ampla, onde os agricultores, baseando-se em suas experiências, seus conhecimentos locais sobre as culturas, os recursos naturais locais e a sua matriz comunitária, aliados às preocupações ambientais e os conhecimentos científicos orientem sua ação política e suas práticas produtivas de forma mais autônoma e sustentável (SEVILLA GÚZMAN, 2000).

Os primeiros passos para o financiamento de práticas agroecológicas foram dados com a criação da Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, mais precisamente através do seu Decreto de nº 7.794, de 20 de agosto de 2012, que institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Tal política prevê ações de pesquisa, assistência técnica, gestão ambiental, formação profissional, financiamento para o setor e estímulos à produção. Há um conselho interministerial responsável pela política, que conta com participação da sociedade civil e de entidades de agroecologia. Uma das iniciativas do

governo é o pagamento de um adicional de 30% na compra de alimentos orgânicos pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), inclusive para utilização na merenda escolar. Além disso, o Pronaf Agroecologia financia projetos agroecológicos ou orgânicos de até R\$ 130 mil com juros de até 2% ao ano. Ainda em 2012 foi lançada a campanha “Brasil Orgânico e Sustentável”, para estimular o consumo desses produtos.

Nesse sentido, algumas políticas iniciam o processo de oferecer à produção agroecológica, formas de se estabelecer, e de constituir-se como uma alternativa de sustentabilidade para o meio rural, por dispor de base tecnocientífica de estratégias para o desenvolvimento rural sustentável. Através dessas práticas, objetiva-se a permanência das famílias no campo a partir do manejo sustentável dos solos, a conservação dos recursos naturais, a valorização dos saberes locais, a independência dos pequenos agricultores que comercializam seus produtos sem a presença do atravessador.

Igualmente importante é a possibilidade que as práticas agroecológicas oferecem para os agricultores de comercializarem seus produtos no espaço urbano, sobretudo, porque se estabelece uma relação que vai além da relação comercialização/consumo. Esses ambientes consistem em espaços de troca mútua, estabelecimento de laços, além permitir aos agricultores falarem da sua produção, das suas trajetórias, socializar seus ensinamentos, e ouvir dos consumidores o que precisa ser melhorado.

Há uma evidência em relação aos prejuízos causados aos produtores quando estes vendem seus produtos a atravessadores. É comum a presença desses intermediários na comercialização realizada pelos agricultores nordestinos. Os agricultores/produtores recebem o menor valor do seu trabalho agregado no produto, enquanto os intermediários têm ganhos mais significativos sobre ele (KIYOTA e GOMES, 1999).

Os espaços de comercialização agroecológica consistem em possibilidades de empoderamento político para os diversos atores. São iniciativas e ações sociais que se estendem para além do seu lugar de moradia e confere aos agricultores a oportunidade de desenvolverem sua autonomia em espaços de comercialização solidária, e estenderem suas ações para além de seus quintais ou lotes.

Meireles (2004) ao analisar a experiência da Rede Ecovida de Agroecologia, que é formada por cento e oitenta grupos de agricultores dos estados do Paraná, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul, envolvendo um total de duas mil e trezentas famílias, dez cooperativas de consumidores de produtos ecológicos e vinte e cinco ONGs, enfatiza que o acesso ao mercado de produtos agroecológicos deve evitar a elitização do consumo desses produtos, e nesse sentido propõe um processo de comercialização que visa:

- democratizar, popularizar e massificar o consumo de produtos ecológicos;
- encurtar a distância entre produtores e consumidores, estimulando relações solidárias entre eles;
- valorizar os serviços socioambientais gerados;
- fazer com que os benefícios da comercialização sejam compartilhados entre todos os envolvidos;
- promover a cooperação, a transparência e a complementaridade entre os agentes do processo de comercialização;

- possibilitar uma crescente inclusão de agricultores e consumidores no mercado (MEIRELES, 2004, p. 13).

Portanto, embora não haja consenso sobre como as formas de comercialização interferem na dimensão socioeconômica dessa atividade, algumas experiências já acenam perspectivas para o debate.

Resultados

A Feira Agroecológica de Mossoró: conquistas e desafios

A Feira Agroecológica de Mossoró foi criada em 2007. A ideia de sua criação surgiu após capacitações realizadas pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), com agricultores de diferentes assentamentos rurais. Tais capacitações visavam tornar os quintais mais produtivos e proporcionar uma melhoria na alimentação da família. Inicialmente, sete agricultores se organizaram, procurando espaço para escoamento da produção agroecológica.

Os agricultores contaram com o apoio do SEBRAE, que consistiu na concessão de sua sede para reuniões e capacitações, doação de barracas além da formação técnica-profissional, e no apoio ao processo de certificação orgânica. A Prefeitura Municipal de Mossoró também contribuiu com a concessão do espaço físico para a realização da Feira; a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) colaborou com o grupo nas capacitações; e o Núcleo Estadual de Assistência Técnica em Economia Solidária (Neates-RN) no desenvolvimento do plano de marketing.

A Feira acontece semanalmente, no município de Mossoró, no estado do Rio Grande do Norte, onde produtores dos Assentamentos Mulunguzinho, Jurema, Favela, Boa Fé, Recanto da Esperança, Lagoa de Xavier, Paulo Freire, Santa Elza e das Comunidades Rurais Coqueiro, Serra Mossoró, Cajazeiras, localizados no município, já citado, comercializam seus produtos. É caracterizada por se constituir como um espaço de comercialização solidária de um grupo de agricultores e agricultoras da Associação dos Produtores e Produtoras Agroecológicos de Mossoró (APROFAM) que possibilitou, aos seus sócios:

- Acesso ao mercado;
- organização por parte dos produtores para adquirir a certificação participativa OCS;
- aumento de 70% no volume de vendas, gerando renda e firmando as famílias no campo (em média estão envolvidas nas produções de 2 a 6 membros e estes se dizem satisfeitos e não pensam em abandonar o campo);
- respeito ao meio ambiente com práticas menos degradantes e favorecendo a qualidade de vida humana, uma vez que os produtos vendidos são apresentados como saudáveis.

A Feira possui o pioneirismo da Certificação de Produção em Organismo de Controle Social (OCS), conforme demonstrado na Figura 1 (A), que certifica produtores que estão em conformidade com as práticas de manejo produtivas elencadas pela Lei 10.831, concedido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) no Rio Grande do Norte. A certificação de produtos orgânicos, que também regulamenta a produção agroecológica, é o procedimento pelo qual uma certificadora, devidamente credenciada, assegura, que determinado produto, processo ou serviço obedece às normas e práticas de uma produção orgânica. A certificação apresenta-se sob a forma de um selo afixado ou impresso no rótulo ou na embalagem do produto.

O selo participativo é dado em virtude dos membros da associação certificarem uns aos outros sobre o modo de produção, por isso denominado selo participativo. Pode-se verificar na Figura 1 (B), que o certificado de OCS, representado pela Figura 1 (A), fica pendurado nas barracas, de modo visível a todos os compradores, atestando a qualidade dos produtos.

No espaço da comercialização é comum a prática de troca de produtos entre os feirantes, proporcionando o fortalecimento dos laços de solidariedade entre o grupo e facilitando as ações coletivas como, por exemplo, a definição dos preços. Através dessas experiências é possível perceber, que para os agricultores familiares surge uma possibilidade de desenvolverem-se mantendo independência em relação à ação estatal, diferente do modelo convencional que demanda grande quantidade de subsídios, conforme afirma Caporal (2001).

Contudo, enfatiza-se que as políticas públicas ou a atuação do Estado são menos importantes para a agricultura familiar. Ao contrário, quando isso ocorre, ela se fortalece e desenvolve (VAN DER PLOEG, 2008). Porém, essas experiências que têm surgido demonstram a capacidade dos agricultores desenvolverem suas próprias estratégias, sob a perspectiva da autonomia.

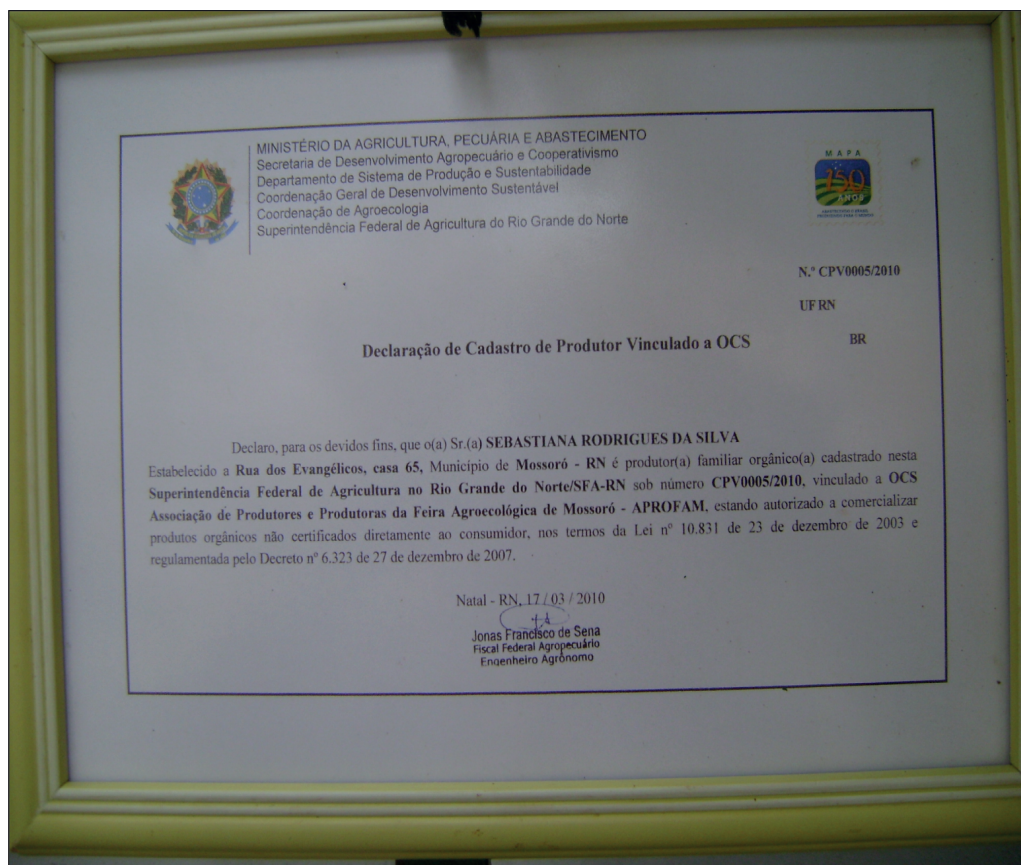
A Figura 2 ilustra o ambiente de comercialização, retratando a união antes mencionada. As barracas ficam próximas umas das outras, e na maioria das vezes divididas entre dois agricultores, facilitando a construção de laços de amizade. A solidariedade também foi relatada, quando se trata do processo de produção, pois afirmam que entre eles há a doação e/ou troca de insumos quando necessário.

A Figura 3 ilustra o momento de reunião entre os agricultores que acontece, mensalmente, após a Feira, no próprio espaço de comercialização. Essa atitude, também contribui para maior visibilidade do processo organizacional do grupo.

Segundo os agricultores, à assistência técnica para essa forma de produção e comercialização é feita por apenas um técnico de uma Organização não Governamental, denominada *Mil Folha*, sendo insuficiente para atender todos os membros das feiras, principalmente no que diz respeito à produção, pois muitos se localizam em locais distintos.

Foi abordada a necessidade do fortalecimento da assistência técnica, tanto no que concerne a capacitação, organização e produção dos agricultores familiares como na comercialização, no intuito de fortalecer a venda dos seus produtos diretamente aos consumidores finais. Para tanto, é necessário uma ação coletiva entre organizações governamentais e não-governamentais, que creditam à agroecologia uma perspectiva de sustentabilidade para as famílias rurais. Mesmo reconhecendo que há aspectos passíveis de melhoria, os agricultores e agricultoras expressaram o quão é importante a perspectiva agroecológica.

**Figura 1: Certificado de Organismo e Controle Social (A)
exposto na barraca dos feirantes (B)**



(A)



(B)

Fonte: Própria, 2012

Figura 2: Feira Agroecológica de Mossoró



Fonte: Própria, 2012.

Figura 3: Reunião dos feirantes no espaço da comercialização



Fonte: Própria, 2012.

Sobre o que entendem por agroecologia, observa-se afirmações pertinentes:

“Ter uma visão diferente de produção e natureza”; “é um processo que preserva o meio ambiente, por meio de tecnologias naturais”; “Plantar sem veneno”; “Sistema que traz benefícios ao meio ambiente”.

Os agricultores fazem a gestão da sua própria produção e comercialização à medida que desenvolvem o trabalho, juntamente com as respectivas famílias, em seus lotes de terra, caracterizando-os como agricultores familiares conforme definido por Altieri e Nicholls (2000) citado por Hernández (2011).

No que se refere aos aspectos econômicos, os entrevistados relataram que consideram a média de lucro dos produtos comercializados na Feira como satisfatório, correspondendo a aproximadamente 30% de seu faturamento total que varia entre R\$600,00 (seiscentos Reais) e R\$1.000,00 (mil Reais) por mês.

Tal variação pode estar associada tanto ao tipo, quanto a quantidade dos produtos comercializados, que dentre outros, destacam-se: alface (*Lactuca sativa*), rúcula (*Eruca sativa*), acerola (*Malpighia emarginata*), cebolinha (*Allium schoenoprasum*), coentro (*Coriandrum sativum*), tomate (*Lycopersicon esculentum* Mill), pimentão (*Capsicum annuum*), quiabo (*Abelmoschus esculentus*) e maxixe (*Cucumis anguria*), caju (*Anacardium occidentale*), limão (*Citrus limonum*), além de mel, doces, galinha e ovos. É importante salientar que a produção além de atender a alimentação da família e da Feira Agroecológica, atende a outros programas governamentais, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE que visam valorizar a agricultura familiar, além da própria comunidade em que vivem.

Os agricultores que a compõem produzem 100% da produção em seu próprio espaço de trabalho. No entanto, justificaram não ser possível informar a quantidade produzida em função da produção ocorrer de maneira sazonal, e de acordo com a demanda dos mesmos. Contudo, informaram que entre 10% e 15% do que se produz é para o consumo familiar.

No que se refere aos produtos comercializados, 75% dos entrevistados comercializam alface, rúcula, acerola, cebolinha, coentro, pimentão, galinha e ovos; 100% quiabo; 50% comercializam maxixe, caju e castanha; e 25% dos entrevistados doces, bananas, mamão, hortelã, alho e carne. Quando questionados sobre as quantidades comercializadas relataram não possuírem controle sobre esta informação, desta forma impossibilitando a formação real do custo médio por unidade comercializada, comprometendo a formulação do preço de venda.

Os agricultores descrevem que as principais dificuldades enfrentadas na produção, estão relacionadas à falta d'água em virtude das condições climáticas, próprias do semi-árido, juntamente com falta de técnicas para seu armazenamento e a insuficiência de assistência técnica e de insumos. Já na comercialização, citaram como entraves a pouca divulgação da existência da Feira, e da valorização da comunidade local em relação ao consumo saudável.

Todos os entrevistados deixaram clara a certeza de que estão gerando possibilidades para que as pessoas se alimentem de forma mais saudável. Pois, quando questionados

sobre a maneira que a agroecologia contribui para a sociedade, os agricultores revelaram ser através da qualidade de vida e saúde que ela proporciona.

A Feira inicia-se por volta das 6h e encerra-se às 9h da manhã. É comum que os produtos mais demandados como alface, cenoura, tomate, cheiro verde, se esgotem antes de percorrida a primeira hora de seu funcionamento.

No que se refere aos insumos utilizados para a produção das mercadorias a serem comercializadas verificou-se que o esterco (caprino), urina dos animais, composto orgânico e calda são obtidos nas próprias comunidades. Quando questionados sobre a utilização de esterco na produção como insumo, temos 50% do esterco utilizado no processo de produção vindo de doações externas, sendo 25% comprada e 25% doada pela própria comunidade ao qual pertence. São utilizadas em média duas carroçadas de trezentos quilos cada por produtor. O custo médio por carroçada é de R\$ 200,00 (duzentos Reais) quando comprada. Muitas vezes, como no exemplo citado acima, quando os insumos são insuficientes, a necessidade passa a ser suprida pelos vizinhos sem custo algum, dessa maneira é possível baratear o processo de produção.

Como visto, é prática dos agricultores/agricultoras priorizar e otimizar os recursos disponíveis em suas próprias comunidades. Para esses atores, o fato de se utilizar insumos internos favorece a diminuição do preço da mercadoria, já a produção limitada dos produtos proporciona a elevação dos mesmos. Dos entrevistados 75% desconhecem seus custos reais de produção e a formulação de preço para comercialização. Os 25% que conseguem elaborar esse processo de precificação via mensuração de custos, afirmam que seus custos giram em torno de 79,43%, tendo um lucro 21,57%. No entanto, 25% dos entrevistados não contabilizam, sequer, a quantidade utilizada de água na produção.

Para Silveira (2001) as mudanças econômicas recentes refletiram um novo cenário para o homem do campo. Considerando a produção agrícola, observa-se que passou a existir uma preocupação maior com a não utilização de insumos químicos, valorizando uma produção mais saudável. Verifica-se ainda que em relação aos consumidores, passou a existir uma demanda por produtos de qualidade, os chamados “orgânicos” ou “agroecológicos”. No entanto, não pode ser desprezado desse contexto a questão tecnológica e do acesso a terra, que se apresenta como um fator de alto custo, que por sua vez distancia o agricultor do mercado, inviabilizando, assim a comercialização dos seus produtos.

Em relação aos aspectos ambientais, buscou-se entender a compreensão dos agricultores sobre a importância da preservação do meio ambiente e dos recursos locais, bem como o entendimento dos mesmos sobre a opção de produzirem de forma agroecológica. Para eles, produzir dessa maneira contribui para o meio ambiente, pois “reduz os impactos ambientais de 80% a 90%”; “usa os recursos disponíveis menos agressivos, preserva os mananciais, recupera solos pobres” e “polui menos”. Diante de tal entendimento, apreende-se que a agroecologia é vista por eles como a interação dos agroecossistemas, uma relação direta entre homem e natureza.

Porém, autores como Sevilla-Gúzman (2000) e Gliessman (2006), por exemplo, demonstraram uma visão mais ampla da agroecologia que transcende a questão técnica dada ao termo no momento em que demonstra sua proposição política. Percebe-se assim,

que os limites conceituais do termo agroecológico e orgânico ainda não foram suficientemente tratados, trazendo em alguns momentos uma limitação de tal compreensão.

Silveira (2001, p.136) defende que “a agricultura familiar apresenta grande potencial para incorporar propostas agroecológicas, não somente no âmbito específico do sistema de produção em si, mas no domínio dos seus atributos culturais amplos”. Esse fator pode estar atrelado ao conhecimento adquirido no dia a dia dos agricultores, nas suas práticas solidárias de trocas ou de ajudas mútuas estabelecidas com o intuito de facilitar e, até mesmo, otimizar a produção e a comercialização dos seus produtos.

Percebe-se, assim, que há uma atuação desses agricultores que vai além do aspecto produtivo. O fato de estarem no espaço urbano comercializando seus produtos, fazendo contatos com outros agricultores, tem lhes conferido a oportunidade de empoderamento, sobretudo, possibilitado uma maior atuação política por parte dos mesmos. Alguns integrantes da Feira participam de encontros regionais, locais, e mesmo nacionais sobre agroecologia, se integram com agricultores de outras localidades o que favorece a troca de experiências.

Dessa maneira, fica evidenciado que a comercialização da Feira Agroecológica contribui, significativamente, para o sustento daquelas famílias, visto que muitas não dispõem de outra fonte de renda, em (90%) dos casos. Além disso, com a formação da Feira a rendas das mesmas aumentou 30% a 100%.

Conclusões

A pesquisa analisou a Feira sob os aspectos socioeconômicos e ambientais, com intuito de compreender como tem ocorrido essa atividade a partir de teóricos que discutem essa temática, e ainda com base nos relatos dos agricultores/agricultoras.

A Feira tem sua significância social e econômica à medida que contribui para o bem estar da família produtora e para sociedade, através da melhoria da qualidade de vida e saúde, como também no aumento da renda do núcleo familiar.

No que diz respeito ao aspecto ambiental, os produtos comercializados são produzidos com a preocupação de manter o solo, os trabalhadores e a sociedade saudáveis. A produção agroecológica, assim como as *feiras de economia solidária*, tem se mostrado como uma alternativa à sustentabilidade das famílias do campo, por considerarem fatores que vão além da questão econômica, fortalecendo a agricultura familiar.

Porém, vale salientar que ainda existem grandes desafios a serem superados como a escassez de água, o fortalecimento da assistência técnica no que diz respeito a contabilização dos custos de produção e das quantidades comercializadas. Como o *lôcus* de produção do grupo estudado está situado na região semiárida do Nordeste brasileiro, região submetida à escassez hídrica na grande maioria dos meses do ano, a diversidade da produção dos pequenos produtores torna-se, além da renda, a sua subsistência.

Dessa forma, é necessário o fortalecimento das políticas públicas no que concerne a captação, armazenamento e gestão da água, e, principalmente, a sua distribuição de forma equânime entre grandes e pequenos produtores.

Essa discussão demonstra a importância de modelos de desenvolvimento regional, das políticas públicas territoriais incorporadas ao desenvolvimento endógeno. Destarte,

evidencia-se que a agroecologia possibilita aos agricultores/agricultoras determinado grau de sustentabilidade socioeconômica e ambiental, possibilitando ao homem/mulher do campo desenvolver condições necessárias para a sobrevivência.

Os agricultores entendem que é viável a produção agroecológica e o fato de comercializarem em grupo favorece o reconhecimento da agricultura familiar, bem como tem possibilitado a permanência das famílias no campo.

Reconhece-se, portanto, a necessidade de maiores investigações, de modo a entender se há entraves que tem impossibilitado que essa experiência seja mais reconhecida sob a perspectiva política e social. Sobretudo, porque os agricultores que participam de uma feira estão inseridos em um território que tem suas potencialidades e fragilidades no que diz respeito às condições climáticas. Nesse sentido, o crescimento ou expansão dessa experiência depende do reconhecimento da necessidade de políticas públicas que sejam criadas em parceria com esses atores sociais, de modo a estabelecer ações considerando quem está inserido nesse contexto social e territorial, valorizando a perspectiva do desenvolvimento endógeno.

Notas

- i Para Garcia (2001) a estrutura e organização de um agroecossistema estão condicionadas por fatores bióticos, abióticos, socioeconômicos, históricos e culturais, endógenos, exógenos e pela interação desses fatores.
- ii Para Miller Júnior (2008) a Revolução Verde pode ser compreendida como aumento na produção de alimentos a partir de 1950, em que houve intensificação por unidade de área de cultivo. Está relacionada à intensificação da monocultura, de fertilizantes e pesticidas.

Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1992.

ALTIERI, Miguel.; NICHOLLS, Clara I.; **Agroecología: teoría y práctica para una agricultura sustentable**. Montevideo: Nordan-Comunidad, 2000.

BACHA, Carlos José Caetano. **Economia e Política Agrícola no Brasil**. Editora Atlas, 2004.

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; NORDER, Luis Antonio Cabello. **O que são assentamentos rurais?** São Paulo: Brasiliense, 1996.

BRASIL. Lei nº 10.831, de 23 de Dezembro de 2003. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 24 dez. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.831.htm>. Acesso em: 16 de mar. 2012.

CAPORAL, Francisco Roberto. **Desenvolvimento rural sustentável: uma perspectiva agroecológica**. In: Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Porto Alegre, v.2, n.2,. 2001. _____.; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia: enfoque**

científico e estratégico para apoiar o desenvolvimento rural sustentável. Texto provisório para debate. EMATER/RS-ASCAR, 2002.

DELGADO, Nelson Giordano. **Agronegócio e agricultura familiar no Brasil: desafios para a transformação democrática do meio rural**. NCN-Novos Cadernos NAEA, v. 15, n. 1, 2012.

DUARTE, Luciana Rodrigues Ramos. **Transição agroecológica: uma estratégia para a convivência com a realidade semi-árida do Ceará**. Dissertação de Mestrado. UFC, 2009.

EHLERS, Eduardo. **Agricultura Sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**. 2ª Ed. Guaíba: Agropecuária, 1999.

FERNÁNDEZ, Xavier Simón; GARCIA, Dolores Dominguez. Desenvolvimento rural sustentável: uma perspectiva agroecológica. In: **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v.2, n.2, 2001.

GARCIA, Maria Alice. **Informe Agropecuário**, vol. 22, n. 213, p.30-38, 2001.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

GONZÁLEZ DE MOLINA, Manuel. **Historia y medio ambiente**. Morelia: Jitanjáfora, 2004.

GRAZIANO, NETO, Francisco. **Questão Agrária e Ecologia: crítica da moderna agricultura**. 2. ed. Brasiliense: São Paulo, 1985.

GUANZIROLI, Carlos Enrique. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Editora Garamond, 2001.

HERNÁNDEZ, Jaime Morales. La crisis global y sus impactos en la vida rural. In: HERNÁNDEZ, Jaime Morales (Coord.). **La agroecología em la construcción de alternativas hacia la sustentabilidad rural**. México: Siglo XXI editores, 2011. p. 17-50.

_____. Agricultura sustentable y agroecología. In: HERNÁNDEZ, Jaime Morales (Coord.). **La agroecología em la construcción de alternativas hacia la sustentabilidad rural**. México: Siglo XXI editores, 2011. p.79-108.

KIYOTA, N.; GOMES, M. A. O. Agricultura familiar e suas estratégias de comercialização: um estudo de caso no município de Capanema – Região Sudoeste do Paraná. **Revista de Organização da UFLA**, Lavras, v. 1, n.2, p. 43-54. 1999.

LEITE, S.; HEREDIA, B.; MEDEIROS, L.; PALMEIRA, M.; CINTRÃO, R. **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. Brasília, DF: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; São Paulo: Editora UNESP, 2004. 392 p. (Estudos NEAD, 6).

MARQUES, Ana Carolina de Oliveira *et al.* A contribuição da agricultura familiar na produção agropecuária do Brasil a partir do censo agropecuário do ano de 2006. In: JORNADA DO TRABALHO, 21. **“A Dimensão Espacial da Expropriação Capitalista sobre os Mundos do Trabalho: cartografando os conflitos, as resistências e as alternativas à sociedade do capital”**, São Paulo, 2011.

MEIRELLES, L. Soberania alimentar, agroecologia e mercados locais. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, v. 1, p. 11-14, 2004.

MILLER JR, G. Tyler. Ciência Ambiental. **Tradução de: All Tasks. Revisão técnica de: DELITTI, Welington Braz Carvalho.** 11ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

VAN DER PLOEG, Jan Douwe. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização.** Editora UFRGS, 2008. 372 p.

SAUER, Sérgio. **Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro.** Embrapa Informação Tecnológica: Embrapa-Secretaria de Gestão e Estratégia, 2008. 73 p.

SILVEIRA, Miguel Angelo da. O desenvolvimento sustentável em questão. IN: **Agricultura familiar e o desafio da sustentabilidade.** Rio de Janeiro: Oficina Social, Centro de Tecnologia, Trabalho e Cidadania, 2001.

TOLEDO, Víctor M. Modernidad y ecología. La nueva crisis planetaria. **Ecología Política**, 1992.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade.** UFRGS Editora, 2009.

WEID, Jean Marc von der. Agricultura Familiar: sustentando o insustentável? **Revistas Agriculturas: Experiência em Agroecologia.** Leisa Brasil, v. 7, n. 2, p. 4-7, jul. 2010.

Submetido em: 07/02/13.

Aceito em: 28/02/14.

A AGROECOLOGIA COMO PERSPECTIVA DE SUSTENTABILIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR

CHRISTIANE FERNANDES DOS SANTOS,
ELISABETE STRADIOTTO SIQUEIRA,
IRIANE TERESA DE ARAÚJO,
ZILDENICE MATIAS GUEDES MAIA

Resumo: O presente trabalho avalia aspectos de ordem social, econômica e ambiental advindos das práticas dos agricultores familiares da APROFAM (Associação dos Produtores e Produtoras Agroecológicas de Mossoró), que comercializam semanalmente sua produção na Feira Agroecológica, de modo a analisar como proporcionam o desenvolvimento sustentável da agricultura de base familiar. Para tanto, foram realizadas entrevistas dialogadas com seis desses produtores. Os dados foram obtidos através de visita *in loco*, registro fotográfico e levantamento de dados qualitativos e quantitativos no período de janeiro a março de 2012. A criação da Feira possibilitou o acesso ao mercado local, organização por parte dos produtores para adquirir a certificação participativa, produção mais diversificada, aumento na renda familiar, colaborando com a permanência das famílias no campo. Observou-se, ainda, que existem desafios a serem superados, pois 75% dos entrevistados não conseguem contabilizar seus custos de produção, nem mensurar as quantidades comercializadas. Ainda, existe insuficiência de assessoria técnica, disponibilidade hídrica, entre outros, que impossibilitam o fortalecimento dessa forma de organização social.

Palavras-chave: Agroecologia; Sustentabilidade; Espaço rural.

Abstract: This paper aimed at the evaluation of social, economic and environmental features arising from practices by APROFAM (Mossoró Agroecological Producers Association) family farmers, who commercialize their production at the Agroecological Fair, intending to analyze whether or not such practices provide sustainable development of family-based agriculture. Aiming at this, dialogue interviews were conducted with six producers involved in APROFAM who commercialize their production on weekly basis. Data were obtained through *in loco* visits, photographs and qualitative-quantitative data collection between January and March 2012. Despite the creation of the fair having granted market access and

enabled producers' self-organization to acquire participative certification, more diversified production and an increase in family income, therefore promoting the permanence of the families in the countryside, challenges to be overcome could be noticed, as 75% of interviewed subjects aren't able to account their production costs or measure the commercialized quantities. There still are insufficiencies in technical advice and hydric availability, among other issues, which preclude strengthening of this social organization mode.

Keywords: Agroecology; Sustainability; Countryside.

Resumen: Este trabajo propuso evaluar aspectos de orden social, económico y ambiental derivados de las prácticas de los agricultores familiares de la APROFAM (Asociación de los Productores y Productoras Agroecológicas de Mossoró), que comercializan su producción en la Feria Agroecológica, con el fin de analizar si dichas prácticas proporcionan el desarrollo sostenible de la agricultura de base familiar. Con ese objetivo, se realizaron entrevistas dialogadas con seis productores que participan en la APROFAM y que comercializan semanalmente su producción. Los datos fueron obtenidos a través de visita *in loco*, registro fotográfico y recolección de datos cuali-cuantitativos en el periodo de enero a marzo de 2012. A pesar de que la creación de la feria posibilitó el acceso al mercado local, la organización por parte de los productores para adquirir la certificación participativa, una producción más diversificada y un aumento en la renta familiar, factores que ayudaron a la permanencia de las familias en el campo, se observó que existen desafíos aún sin superar, dado que el 75% de los entrevistados no consigue contabilizar sus costes de producción ni medir las cantidades comercializadas. Existen todavía insuficiencias de asesoramiento técnico y de disponibilidad hídrica, entre otras, que imposibilitan el fortalecimiento de esta forma de organización social.

Palabras clave: Agroecología; Sostenibilidad; Espacio rural.
